

## Acordo

## Está tudo pronto para o Brasil cair no "buraco"

FERNANDO GABEIRA  
Da Sucursal do Rio

Numa semana em que todos esperam cair no "buraco negro", a pesquisa do Ibope, ouvindo cinco mil pessoas no Brasil, revelou que o buraco é mais embaixo. Quatro anos para Sarney, parlamentarismo e eleições gerais foram as teses vitoriosas. Isso mostra, apesar da limitação do universo da pesquisa, que a crise de legitimidade que atinge o presidente da República se estende também, em menor proporção, aos próprios deputados.

Um intenso fim-de-semana de negociações não serviu ainda para definir claramente o rumo político do país. Na madrugada de sexta-feira o Palácio do Planalto fechou o caminho para um acordo, mas na manhã de sábado o quadro era outro. Na noite de quinta-feira, o grupo histórico do PMDB ameaçava se abster na votação para precipitar a queda no "buraco negro". No dia seguinte, já se desmentia a notícia.

Magalhães Pinto dizia que política era como nuvem que a gente olha uma vez vê de um jeito, olha de novo e já está tudo modificado. Para o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos articuladores do presidencialismo, as coisas têm mudado mais rapidamente do que nuvem. Essas mudanças obedecem a várias causas mas é impossível negar que o dilaceramento das forças civis que Sarney mencionou no seu discurso na Marinha não esteja ligado à falta de legitimidade.

A própria insistência do presidente em se manter no cargo a qualquer preço, com recordes de liberação de verbas no Ministério da Habitação, é um dado da crise. Ele não quer sair e também os deputados que querem tirá-lo e implantar o parlamentarismo não admitem eleições gerais e isso complica mais ainda o quadro.

Como a falta de legitimidade está na raiz da crise é muito provável que o day-after seja marcado pela sua procura. Em quase todas as hipóteses, o momento posterior à votação deverá ser marcado pelo questionamento, quase todo ele girando em torno do que se quer evitar agora: a consulta popular.

Deixando de lado os inúmeros meandros técnicos que as decisões vão implicar, o cenário de crise

poderá se desenrolar assim: parlamentarismo com quatro anos. Essa hipótese que congrega alguns setores mais avançados do PMDB será questionada de dois lados. De um, por quase todos os setores presidencialistas, onde será exigida uma eleição geral, por uma questão de coerência. Essa tem sido a posição do "Globo" e do ministro do Exército. Em caso de parlamentarismo, querem eleições para todos.

Essa fórmula, por outro lado, não agrada aos defensores mais radicais do presidencialismo. Brizola, com o apoio de Quéricia e Álvaro Dias, vai propor um plebiscito, pois a idéia que está por baixo é que, mesmo num parlamento renovado, o sistema parlamentarista seria espúrio sem uma específica consulta popular.

Parlamentarismo com cinco anos —será bombardeado pelos defensores dos quatro anos e os do presidencialismo. Hipótese frágil porque não agrada a ninguém, exceto à dupla Ulysses-Sarney, o primeiro que escaparia ao julgamento das urnas para ascender, e o segundo porque manteria seu cargo. Apesar de tudo, é esta hipótese que era mais comentada no fim-de-semana. Deputados e senadores que votassem nos cinco anos seriam estigmatizados pela opinião pública. Dificilmente um sistema desse tipo resistiria ao triplice ataque: da opinião pública querendo tirar o presidente, de presidencialistas querendo o plebiscito e de parlamentaristas traídos, ao terem de engulir Sarney mais um ano, para adotar a nova forma de governo.

Essa hipótese, além de fortalecer a pregação dos presidencialistas com força nas ruas —PT e PDT— terá a possibilidade de rachar o PMDB. Resultado: um novo regime seria testado no auge da crise econômica e política e o primeiro-ministro estrearia com um racha no próprio governo.

Presidencialismo com quatro anos —aparentemente é a que menos contestação traria. Na realidade, continuará estimulando a proposta de eleições gerais nos setores governistas que sentirem contrariados. Enfrentará a oposição dos parlamentaristas e vai fazer emergir um presidente da República sem grandes conexões no Congresso. O PDT,

ao votar contra o aumento da representação de São Paulo no Congresso, tinha essa hipótese em mente. Como seus deputados são presidencialistas, querem manter uma desproporção no Congresso, estimulando uma representação maior "dos Estados pobres em relação aos Estados ricos". Possivelmente todos sabem que essa tese é insustentável, mas a verdade é que o voto acreano continua valendo 20 vezes mais que o paulista.

Apesar da vitória em plenário, os presidencialistas que não querem um Congresso mais representativo estão preparando a médio e curto prazo um conflito maior entre o eleito em 88 e a base parlamentar.

Um outro ponto frágil de todas as propostas é que nenhuma delas está articulada com a idéia de um pacto social e de um plano econômico de emergência. Os dois temas, saída política e saída econômica, estão sendo discutidos em separado, no coração do Brasil. Fala-se de economia e pacto social em Goiânia e de política em Brasília.

A fragilidade da desconexão é que o projeto econômico necessita de um mínimo de acordo, que não está sendo encontrado no campo político. Esta é uma das sombrias perspectivas do day-after: a crise política aprofundando ainda mais as dificuldades econômicas.

Diante de todo o quadro, é uma semana que começa com todos prontos para cair no buraco, de onde talvez só possam ser arrancados por uma ampla consulta popular que restabeleça a base mínima para se navegar pela crise. Não há força política que não se dilacere quando se distancia dos setores populares que a legitimam. Sarney acertou no diagnóstico mas errou ao não admitir que ele é parte do problema e não da solução. Parlamentarismo, presidencialismo, quatro ou cinco anos, nada se segura na tempestade se não buscar sua âncora nos milhões de expectadores atônitos desse drama político que foram as últimas semanas. Durante 15 dias o Congresso foi se aproximando do dia D, adiando por falta de quórum, de acordo. Milhares de pessoas impacientes para cair no buraco já, pois pelo menos já poderão estudar a saída.

## Sarney é 'menino nervoso, tutelado pelo Exército', diz Antonio Callado

D Sucursal de Recife

O escritor e jornalista Antonio Callado, autor de "Quarup", "Tempo de Arraes" e "Sempre Viva", afirmou ontem em Recife, momentos antes de encontrar-se com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), de quem é amigo, que "a única pessoa que está

querendo dar um golpe neste momento é o presidente da República", referindo-se ao presidente Sarney como "um menino nervoso, tutelado pelo Exército". Callado entrevistou Arraes para um vídeo sobre reforma agrária, que será exibido pela Ema-ter (Empresa Brasileira de Extensão Rural) nas comunidades rurais em todo o Brasil e que está sendo

financiado pelo governo da Alemanha Ocidental.

Entrevistar Arraes é tarefa conhecida do escritor. Da série de reportagens que fez com o governador em 1963 para o "Jornal do Brasil", durante o primeiro mandato de Arraes, resultou o livro "O Tempo de Arraes". Uma comparação entre dois governos e as duas épocas foi inevitável. "Naquele momento, em 1964, o presidente João Goulart estava cercado, havia conspiração orquestrada pelos norte-americanos. Hoje, a sociedade quer que a transição se esgote, que Sarney encerre o seu mandato. E o que se vê é o presidente falando mal do Congresso constituinte e elogiando os militares, que depois de 20 anos de incompetência estão voltando ao noticiário graças ao Sarney."

## Descrença

Antonio Callado disse que jamais presenciou em toda a história recente do país um nível tão alto de descrença popular em relação ao governo. Pessimista em relação à transição democrática, voltou a criticar e a responsabilizar o presidente José Sarney. "Parece que ele está querendo ficar cinco, dez anos no poder". Para ele, há "nesta atitude do presidente uma luta de objetivos pessoais".

Desde segunda-feira em Pernambuco, Antonio Callado voltou a visitar vários locais, os mesmos percorridos por ele em 1959 e 1963. Visitou o engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, a 52 km de Recife, na Zona da Mata pernambucana, onde esteve pela primeira vez em 1959. Ali surgiu a primeira liga camponesa no país. "Eu via, naquela época, a real possibilidade de uma reforma agrária no Brasil. Infelizmente veio o golpe militar e se acabou a esperança. É uma pena, porque ainda tem gente que não se convenceu que o país só avançará quando houver a distribuição de renda."

Dizendo depositar "grandes esperanças" no governo Arraes, Antonio Callado mostrou-se entusiasmado com o que viu e ouviu. Para ele, "o povo sabe que é o governo federal que está sem rumo". Callado acredita que existe muita confiança por parte da população em Arraes. "O governador sempre demonstrou um compromisso com o povo não sofrido e acreditado que ele está fazendo o possível e o impossível pelo desenvolvimento de Pernambuco."